

ESCOLA E DIVERSIDADE: UM DIÁLOGO COM DOCENTES DO COLÉGIO AGRÍCOLA DA UFPB

Josineide da Silva Bezerra

Universidade Federal da Paraíba - prof.neide@uol.com.br

Marcelo Alves dos Santos

Universidade Federal da Paraíba - marcelo.alves.santos2304@gmail.com

RESUMO

Nas últimas décadas, o ordenamento institucional brasileiro voltou-se à afirmação do Estado democrático, comprometido com a cidadania e com os direitos humanos. Nesse âmbito, a educação escolar, por seu caráter formativo, é indispensável a este compromisso. Desse modo, desenvolvemos um projeto de pesquisa que objetivou problematizar o lugar da escola como um espaço democrático e afirmativo da diversidade, a partir de relações de respeito e de tolerância entre educadores e educandas/os, reconhecidas/os como sujeitos de direitos. Para tanto, investigamos o cotidiano escolar com base na aplicação de um questionário com cinco perguntas objetivas a docentes do Colégio Agrícola da UFPB, buscando as suas impressões quanto à convivência com as diferenças comportamentais identificáveis entre as/os estudantes, relacionadas às diversidades étnica, religiosa, sexual e de gênero. Com base nos questionários respondidos, verificamos que as/os professoras/res afirmam que existe uma postura de respeito à diversidade comportamental. Entretanto, grande parte delas/es considera que a escola precisa estabelecer esforços para consagrar o convívio respeitoso e tolerante entre as pessoas que a integram, uma vez que preconceitos e discriminações continuam presentes na vida social, com repercussões na vida escolar. Esses esforços passam pela formação continuada das/os educadoras/es e pela realização de atividades pedagógicas que envolvam a comunidade escolar. Em vista disso, admitimos que a pesquisa que realizamos pode contribuir com o planejamento dos trabalhos letivos e com a elaboração de proje educativos voltados à promoção de práticas inclusivas e de respeito às diferenças, por meio debates, simpósios, fóruns de discussão ou semanas temáticas.

Palavras-chave: Diversidade, discriminação, cotidiano escolar.

INTRODUÇÃO

O ordenamento democrático brasileiro está comprometido com a institucionalização dos direitos humanos, a par da consagração de princípios como cidadania, dignidade da pessoa humana e pluralismo político-cultural. Esse compromisso está inscrito no campo educacional, com base em instrumentos como o Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos, segundo o qual a prática educativa deve ser orientada pelo apreço à liberdade e à tolerância.

Desse modo, recai sobre as/os profissionais da educação a responsabilidade de promover a escola como um espaço em que a diversidade perpassa a formação das pessoas, em respeito à sua condição cidadã. Mas, diante do seu caráter social e histórico, sabemos que

a escola é movida por relações de poder, como um ambiente de convergências e de disputas. Nesse sentido, defendemos que é cabível à escola uma equilibrada convivência com a diferença, porque esta abriga o aflorar das identidades, as quais conferem moldura às pessoas em seus processos de individualização.

Presente naquelas disputas, problematizamos o lugar da escola como um espaço de respeito à diversidade, em reconhecimento de suas/seus integrantes como sujeitos de direitos. Assim, buscamos as impressões de docentes do Colégio Agrícola (CAVN) quanto ao convívio equilibrado com a diversidade étnica, religiosa, sexual e de gênero identificáveis entre as/os educandas/os. Na pesquisa que desenvolvemos, aplicamos um questionário com oito questões objetivas aos cerca de 60 professoras/es que trabalham na escola, no Ensino Médio e/ou no Técnico. Foram-nos devolvidos 44 questionários respondidos – pouco mais de 70% do total.

A nossa pesquisa assumiu a ênfase em uma educação comprometida com a sociedade democrática e plural, sendo essa uma orientação pontuada por todos os instrumentos normativos que regulam a educação básica no país. Sob essa lógica, a pessoa educanda está associada a múltiplos direitos, entre os quais a expressão da sua identidade. Isso implica a reivindicação da diferença do ser, da sua individualidade, a ser vivida, no meio social, na igualdade entre os seres, tal como discutem Lins, Machado e Escoura (2016).

Desta feita, o cotidiano escolar exige um olhar diligente para os sujeitos que fazem a escola, ambiente que é continente e conteúdo: ela influencia e é influenciada por enunciados receptivos ao respeito às diferenças. Apesar disso, relações discriminatórias e excludentes seguem presentes na sociedade brasileira, em diferentes escalas, e se expressam na escola.

METODOLOGIA

Inicialmente, faremos três ponderações. Lembramos da laicidade do Estado, relativa a escolas não-confessionais. O caráter laico implica no respeito às escolhas assumidas pelas pessoas e àquelas que não professam credo algum. Todavia, para Domingos (2009), a diversidade religiosa é escamoteada por duas práticas comuns: pela intolerância alimentada por uma tradição cristã que não (re)conhece a liberdade do outro; e pelo laicismo, que é uma concepção antirreligiosa, que obstaculiza uma formação religiosa de viés histórico e cultural.

Reafirmamos a escola como um microespaço de disputas de ideias e de entendimentos de mundo, em que profissionais da educação atuam na consagração dos direitos humanos. Entretanto, para Junqueira (2009, p. 13), devemos “reter que estamos envolvidos na tessitura de uma trama em que sexismo, homofobia e racismo produzem efeitos e que, apesar de nossas intenções, terminamos muitas vezes por promover sua perpetuação”. Daí porque o *bullying* e

outras posturas discriminatórias exercidas na escola não raro são ignoradas por professores e familiares, tomadas como expressões de “brincadeira” (BATISTA, 2013).

E, por fim, anotamos que, para Domingues (2005), vivemos uma segregação racial “não declarada” no Brasil. Dispomos de mecanismos de criminalização do preconceito e de normativas como a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígenas na educação básica. Porém, segundo o estudioso, a segregação se reinventa continuamente, manifestando-se, no caso das populações negras, a partir de indicadores os mais negativos: salários mais baixos, violência policial ou menor expectativa de vida.

Com efeito, a pesquisa buscou um diagnóstico sobre as impressões docentes quanto à convivência com as/os discentes, com fito na (in)tolerância em relação a identidades étnica, religiosa, sexual e de gênero, as quais se manifestam sob a forma de um assumir-se negra/o, não-cristã/o ou avessa/o a padrões heteronormativos. Foi realizada como projeto de iniciação à pesquisa, contando com uma professora orientadora e um estudante bolsista.

No Colégio Agrícola, vinculado à UFPB, trabalhamos com docentes qualificados, todos eles mestres ou doutores. O colégio localiza-se em Bananeiras e atrai estudantes do entorno, naturais da Paraíba e de outros estados. Funciona em tempo integral, abrigando discentes em regime de internato, o que o torna mais marcante na formação das/os educandas/os.

Iniciamos o trabalho com a aplicação de um questionário às/aos docentes. Para Lakatus e Marconi (1988), esse é um instrumento eficaz para a coleta de informações, relativa a um campo de observação direta, de modo exploratório. Por sua vez, Nogueira (2002) avalia as vantagens e limitações do seu uso, indicando os diferentes tipos postos à utilização.

À maneira desses autores, trabalhamos com cinco questões objetivas, com estes focos: escola e diversidade; habilidade do professor; prática pedagógica; e vivência democrática. Entre essas, havia as de múltipla escolha e aquelas dicotômicas, relativas a *sim* ou *não*. Nas três primeiras, deixamos um espaço para eventuais comentários. Nas duas últimas, pedimos que a resposta fosse justificada. Por fim, incluímos mais três questionamento, relacionados à área de ensino, tempo de atividade e faixa etária.

Na abordagem às/aos docentes, pontuamos a importância do trabalho, seguindo com uma consulta não assistida – repassamos o questionário para posterior entrega. Coletado o material, passamos à tabulação das questões objetivas, bem como dos comentários e respostas professados, com um recorte quali e quantitativo.

Selecionamos as respostas marcantes. Além do compromisso com a objetividade, essa seleção imprime subjetividade ao trabalho, também presente na pesquisa social, da elaboração

da problemática à discussão dos resultados, configurando-a como uma escolha atada às visões de mundo do pesquisador, prenhe de intencionalidades (MINAYIO, 1999).

Em concomitância com a coleta de dados foi feito uma série de encontros de estudo, nos quais discutimos temáticas relacionadas à investigação realizada. Eram sessões de leitura conjunta com o bolsista, com fim de orientação e de sua familiarização com o amplo espectro de problemas que dizem respeito ao tema *escola e diversidade*.

DISCUSSÃO E RESULTADOS DA PESQUISA

O estudo foi bem recebido no CAVN, o que é demonstrado pela disponibilidade na devolução do material. Começamos de modo objetivo, com os aspectos pessoais e de vínculo:

Chamou-nos atenção o fato de que quase 40% das/os entrevistadas/os é do Ensino Médio, percentual que chega a 59% no caso do Ensino Técnico. Isso repercute no entendimento de que, como grafado, a maioria das/dos docentes “carece de formação humanística no seu currículo, da graduação à pós-graduação”. Vêm das áreas de Engenharia Civil, de Pesca e de Alimentos, de Administração e Nutrição. Mais de 54% delas/es têm mais de 40 anos de idade. Finalmente, 67% têm até 10 anos de vínculo com a UFPB.

Como uma limitação, as perguntas não permitem que estabeleçamos um cruzamento entre variáveis idade e tempo de atuação. Porém, recuperamos esta resposta, em outro momento do questionário: “ao longo destes 22 com o alunado do CAVN vejo uma enorme evolução. Os alunos eram mais autoritários, mais trancados em suas *idéias*¹ culturais”.

A seguir, a problematização ganha forma, a par das perguntas feitas na pesquisa.

a) Você compreende a escola como um espaço de diversidades, onde são identificáveis diferentes tipos de padrões comportamentais?

Em todos os questionários respondeu-se que **sim**, havendo algum comentário em doze deles: “o ambiente escolar é sem dúvida um celeiro de padrões comportamentais”; “a escola deve desenvolver o convívio na diferença como aperfeiçoamento da democracia”. A escola como um “reflexo da sociedade” e da “vida familiar” foi também assinalado. Um reflexo que, favoravelmente, indica a escola como uma representação da vida social. Nesta, a par das lutas e resistências da sociedade civil organizada terminamos por conquistar, no plano formal, o direito ao uso do nome social, em respeito a identidades de gênero então assumidas.

¹ Optamos por manter a forma de escrita tal como grafada pela/o entrevistada/o, transcrita em itálico.

Ao discutir o conceito de identidade, Castells (2006) reconhece que nos processos de individualização as pessoas são socialmente influenciadas, mas elas igualmente se autoconstróem, sendo as escolhas um indicativo daquelas resistências. Assim, diferencia a categoria identidade da categoria papel social, apreendido como aquilo que nos é imputado e assumido. À luz dessa última noção, vem a segunda pergunta, relativa a *sim* e *não*, a partir de três variáveis, que podem ser verificadas no questionário, trazido no final deste texto.

b) O professor é um profissional habilitado para lidar com os diferentes perfis de comportamento moral, sexual e de gênero ou estético dos alunos.

Em 35 questionários respondeu-se que o professor **não** tinha passado por uma formação acadêmica que possibilitasse a habilidade de lidar com as diferenças. Isso vai ao encontro de um comentário já aqui transcrito, relacionado a professores que atuam no ensino técnico, que tiveram uma formação inapta a questões do campo pedagógico. Do mesmo modo, temos o registro de que a “moral religiosa e o machismo” obstaculiza essa lida – uma habilidade que é indispensável ao cotidiano da sala de aula, segundo 36 respostas.

Na terceira variável, metade das respostas considera que os setores de direção e coordenação orientam o professor para desenvolver uma relação saudável com as diferenças. “A comunidade escolar reflete a sociedade, e os preconceitos, por mais que sejam combatidos, em respeito dos colegas e a todos, são comportamentos que não se mudam do dia para a noite”. Todavia, em proporção comum, essa orientação não é exercida. Um dos questionários chamou-nos “atenção para a importância do tema e sua incorporação em processos reflexivos como as reuniões pedagógicas”.

Isso implica na valorização do tema nessas reuniões e nos planejamentos pedagógicos, sempre presentes no calendário escolar. Portanto, esse debate remete à formação continuada das pessoas que atuam na educação, sejam elas licenciadas ou não, uma vez que estamos a tratar do convívio entre pessoas. Um convívio que deve ser mais depurado em civilidade na escola, pelo próprio caráter formativo que reportamos à educação escolar, à luz de todos os instrumentos que a regulam, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Nesse âmbito, o Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos confere destaque para as políticas educacionais, registrando como uma das suas ações pragmáticas o estabelecimento de

diretrizes curriculares para todos os níveis e modalidades de ensino da educação básica para a inclusão da temática de educação e cultura em Direitos Humanos, promovendo o reconhecimento e o respeito das diversidades de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, geracional, étnico-racial, religiosa, com educação igualitária, não discriminatória e democrática (BRASIL, 2010, p. 191).

Conquanto institucional, essas ações deveriam permear a vida e o planejamento escolar. Como esse registro, vamos à terceira questão, que tem um formato similar à anterior, também com três variáveis:

- c)** A prática pedagógica do professor contribui para a construção de uma escola voltada para o respeito à diversidade?

Em 37 questionários foi assinalado que a aceitação e o respeito à diferença são cotidianamente estimulados. Dentre esses, houve 14 comentários por escrito. Foi registrado que esse compromisso se impõe “porque o professor é um espelho para os seus alunos”. Afinal, “o perfil, a visão de mundo, a *educação* e exemplo dado pelo professor pode ser fator determinante nas atitudes”, cabendo-lhe “uma postura *no* combate a preconceitos”.

Ao contrário, porém, também foi destacado que é válido “ressaltar que alguns colegas não pensam assim, agindo de outras formas”, inclusive assumindo que, muitas vezes, as intolerâncias são, “na verdade, brincadeira” e que assim devem ser encaradas. Justo pelo grau de “intimidade que os alunos de um colégio interno *tem* entre eles, o que não pode ser pensado como falta de educação ou preconceito”.

Contraditoriamente, houve o reconhecimento de uma formação que não habilita e de uma escola que precisa estimular a convivência respeitosa, mas em apenas 1 questionário foi admitido que existe uma dificuldade em se lidar com as diferenças. Talvez estejamos diante de uma invisibilidade quanto ao problema ou de seu ocultamento, diante da criminalização de práticas preconceituosas. A legalidade porém, não é mais eficaz que o convencimento ético e moral. Essa intuição é articulável à próxima questão, que pede justificativa para a resposta.

- d)** Você reconhece uma vivência democrática entre os estudantes do colégio, com respeito às diferenças entre eles?

Aquele pedido foi atendido em 36 questionários. Dentre eles, 14 responderam que *sim*, 4 assinalaram *não* e 18 grafaram *em parte*. Obtivemos respostas deste tipo: “percebo que existe respeito no ambiente escolar, no entanto, nas mídias sociais já li discussões desrespeitosas de cunho religioso, principalmente entre colegas de turma”; “reconheço [a vivência], mas ainda existe muita intolerância que se expressa no cotidiano por ‘brincadeiras’, insultos, menosprezos”.

Este comentário merece destaque: “os alunos aceitam mais as diferenças que o professor. Já ouvi sobre preconceito nas aulas de educação física, principalmente contra as meninas. São proibidas de jogar futebol”. Aqui, emerge uma discussão sobre relações de

gênero, à maneira de uma desigualdade que atinge aquela vivência de modo bastante amplo. Uma desigualdade que se expressa, por exemplo, na ocupação de cargos diretivos, tal como na cena política do país. Na fala em questão, vemos uma naturalização de papéis masculinos e femininos, posta na proibição ao jogo – também no lúdico, a violência da intolerância.

Igualmente este outro: “nem tem na política, porque nas eleições é ‘compra’ de voto, nem tem na sala de aula. Professor se envolve com aluna e a turma dos homossexuais (sic) é levada na brincadeira, mas com menosprezo”. Essa anotação nos traz diferentes aspectos. Remete-nos ao político, a lugares hierárquicos, à intolerância homofóbica. Todos eles perpassados por relações de poder, que são o cerne mais amplo das vivências na escola e no ambiente social (MEYER, 2009). Passemos, pois, à última questão:

- e) Avalie, tomando uma escala de 01 (um) a 03 (três), uma possível dificuldade no convívio com a diversidade de seus alunos quanto às questões abaixo apresentadas. Preencha cada parêntese com um índice específico e não repetido (1, 2 e 3), a partir do “nível” gradativo de dificuldade que você considera.

Sabíamos que era uma questão apresentada de modo tendencioso, porque partíamos do reconhecimento da dificuldade. Isso, porém, não foi questionado. No entanto, ficou evidente uma dificuldade na sua interpretação. Por exemplo, houve questionários que apresentavam índices repetidos. Daí que é válido lembrar o passo a passo sugerido por Nogueira (2002), quanto a se evitar ambiguidades e teores mais complexos nas perguntas de um questionário não assistido, pois lhe retira a objetividade e exige explicações na feitura de suas respostas.

Três variáveis de convívio com a diversidade compunham a pergunta apresentada:

✓ Orientação religiosa – Variável com maior incidência de grau 1, a indicar a menor dificuldade no convívio (24 questionários). Como justificativa, anunciou-se: “há brincadeiras com os evangélicos, que são menos forte hoje. Mas, não vejo intolerância. Somos cristãos”; “disciplinas que envolvem evolução podem não ser bem aceitas. No entanto, nunca enfrentei dificuldades”; “como cristãos em maioria, não vejo problemas com esse convívio”; “na escola não chegou a ocorrência de intolerância. Há festas ecumênicas”.

A contar com essas respostas, caminhamos antenados com a convivência pautada no respeito, embora um anti-comentário seja sentido: não houve menção à diversidade como aquela que abarca, inclusive, a ausência de religião, como se a presença desta fosse um dado natural e constante, sob a unicidade do credo cristão, sem conflitos.

✓ Orientação sexual e de gênero – Ao inverso, essa foi a variável mais indicada com o número 3, em 27 questionários, sendo o maior consenso.

“Encaramos o fato gay com uma festa, porque os alunos assim são pessoas boas e divertidas. Não temos problemas de indisciplina na escola. Todos convivem bem”. Esse escrito, mais uma vez, soa como um escamoteamento da intolerância, com recurso à leveza do risível. Por outro lado, comportamentos ditos “afeminados” tornam “o rapaz o palhaço da turma”, o “objeto da chacota de alunos e professores”. “Vou atribuir o maior grau, mas os gays são só percebidos como diferentes e sem grandes problemas. E são muitos no Colégio”.

Assim, segue-se por uma linha comum, na referência à ausência de provocações ou conflitos. Um dos questionários, porém, apontou que a orientação sexual diversa dos padrões heteronormativos é reconhecidamente a mais discriminada. Nele, foi lembrada a impossibilidade de um estudante que se reconhecia pelo gênero feminino, assim se trajando, de ter a sua foto na placa de formatura do curso técnico.

Com efeito, notamos que o componente de gênero foi pensado à luz da hierarquização que tradicionalmente vimos se impor, do masculino em relação ao feminino. Não há citação quanto às mulheres, as quais, do mesmo modo, também fazem escolhas diversas, na contracorrente de lugares comuns de submissão e de “inferioridade”. Como socialmente vivenciado, isso nos remete à ideia de controle da sexualidade feminina, dissociando-se as mulheres de uma livre orientação, esbarrando essa na referência apenas a gays.

Essa dissociação nos permite ressaltar que a escola, apesar de não discutir as relações desiguais de poder, ensina sobre gênero, mas à luz de uma orientação que tradicionalmente confere invisibilidade às mulheres. Portanto, ela se realiza como uma maneira sutil de afirmar a intolerância e a discriminação. Essas práticas que também não abrem espaço às pessoas e lugares transgêneros.

✓ Diversidade étnica – Essa foi a variável consensualmente posta entre o índice 1, com 15 menções, e 2, com 21 registros.

Indicou-se que “a questão do racismo é um conteúdo apontado em sala, em história, sem dificuldades”; que o “o negro ainda é marginalizado, mas a carga de preconceito diminuiu”; ou que “essa diferença é a menos complicada, pela formação negra do país”. O destaque para esses fragmentos acompanha o que já referimos. Vivemos em um país que ainda escamoteia o preconceito e a discriminação, com base na chamada “democracia racial”, a qual supostamente identifica o bom convívio. Não sem explicação, as cotas para negros estão entre as políticas afirmativas mais questionadas e criticadas no país”.

CONCLUSÕES

Como já ressaltado, compreendemos a escola como um ambiente que deve estar aberto às mais diferentes formas de pensar e de agir das pessoas, nos moldes de um convívio sem irreducibilidade, sem diminuir-se o lugar do outro, e sem invisibilidade – aquela que promove o ocultamento. Admitimos que a pesquisa tem limitações e lacunas, mas apostamos que o intento de fomentar um debate quanto a essas questões foi cumprido de alguma forma.

Alcançamos um bom grupo de professores, o que imprime ao trabalho uma referência a ser avaliada, notadamente quando apontamos a demanda pela formação continuada dos profissionais que atuam no CAVN. Essa é uma escola que merece uma atenção maior, pelos vínculos não apenas com licenciados, de quem se espera uma melhor formação de base pedagógica, mas também por contar com aqueles egressos de uma formação nas chamadas ciências exatas, por exemplo, no âmbito da engenharia. Isso reforça a importância do planejamento escolar, das semanas pedagógicas, da interlocução entre gestores, docentes e discentes como um dado que deve ser corriqueiro.

A trilha de normativas que embasam uma educação democrática quanto ao respeito à diversidade, nós já temos. Resta-nos a afirmação desse norte. Com ele, a escola deve se realizar não apenas como espaço de tolerância, embora esta seja fundamental, mas de inclusão e de vivência respeitável entre as pessoas. Em que seja possível demarcarmos as nossas escolhas e posições, nos mais diferentes campos, como o religioso ou quanto à identidade sexual e de gênero. A ordem democrática, cara aos brasileiros, não prescinde dessa realização, especialmente na escola, que é um lugar de formação acadêmica, mas também de formação para a ética e para a cidadania, indiscutivelmente.

Esperamos que a pesquisa alcance validade, contribuindo para o planejamento dos trabalhos letivos e com a elaboração de projetos educativos voltados à promoção de práticas inclusivas e de respeito às diferenças, por meio de debates, simpósios, fóruns de discussão ou semanas temáticas. Compreendemos que isso deve ser pensado juntamente com os cursos que promovem formação em licenciatura e em pedagogia ofertados no campus III, que são os mais habilitados para o trabalho com a educação básica.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Elise H. M. *Bullying* e preconceitos étnico-raciais. **Poiésis** – Revista do Programa de Pós-graduação em Educação, 2013, v. 7, n. 12, p. 302-323. Disponível em

<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/1828>. Acesso em 10 nov. 2017.

BRASIL. Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klaus Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 29, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 25 set 2012.

DOMINGOS, Marília De Franceschi. Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. *Rever – Revista de Estudos da Religião*, 2009, p. 45-70. Disponível em www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_domingos.pdf. Acesso em 12 nov. 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Edições MEC/Unesco, 2009. Disponível em <http://www.sexualidadeescola.furg.br/index.php/biblioteca/livros?...31:diversidadesexual>. Acesso em 5 jan. 2018.

LAKATUS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1988, p. 178-789.

LINS, Beatriz; MACHADO, Bernardo; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Reviravolta, 2016.

MEYER, Dagmar Estermann. Corpo, Violência e Educação: uma abordagem de gênero. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Edições MEC/Unesco, 2009. Disponível em <http://www.sexualidadeescola.furg.br/index.php/biblioteca/livros?...31:diversidadesexual>. Acesso em 5 jan. 2018.

MINAYO, Maria Cecília S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1999.

NOGUEIRA, Roberto. **Elaboração e análise de questionários**: uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPEAD, 2002.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

Educação e diversidade

A aplicação deste questionário está relacionada à realização de um trabalho de pesquisa voltado ao tema **Diversidade e cotidiano escolar**. Essa temática está especialmente dirigida a uma discussão sobre o lugar da escola como um espaço de vivência das mais diferentes formas de pensar e de agir. Assim, na aplicação deste questionário, buscamos uma reflexão sobre o “olhar” do professor do CAVN quanto à convivência com as diversidades étnica, religiosa e sexual verificáveis entre os estudantes do colégio.

Questão 01. Você compreende a escola como um espaço de diversidades, onde são identificáveis diferentes padrões comportamentais? Sim () Não ()

- Se achar necessário, este espaço está disponível para algum comentário por escrito:

Questão 02. O professor é um profissional habilitado para lidar com os diferentes perfis de comportamento moral, sexual ou estético dos alunos? Nos parênteses, indique (Sim) OU (Não)

- () A formação acadêmica possibilita esta habilidade
() O cotidiano em sala de aula exige esta habilidade
() A direção, supervisão e coordenação orientam o professor para essa habilidade

- Se achar pertinente, este espaço está disponível para algum comentário por escrito:

Questão 03. A prática pedagógica do professor contribui para a construção de uma escola voltada para o respeito à diversidade? Assinale com um X o(s) parêntese(s) com o(s) qual(is) concorda:

- () Sim, pois o professor estimula os seus alunos a aceitarem e respeitarem as diferenças
() Sim, pois a discriminação, sexual, étnica ou religiosa, é um preconceito que deve combatido
() Não, pois o professor, como outros cidadãos, tem dificuldade em lidar com as diferenças

Se achar pertinente, este espaço está disponível para algum comentário por escrito:

Questão 04. Você reconhece uma vivência democrática entre os estudantes do colégio, com respeito às diferenças entre eles? Sim () Não () Em parte ()

- Justifique a sua resposta.

Questão 05. Avalie, tomando uma escala de 01 (um) a 03 (três), uma possível dificuldade no convívio com a diversidade de seus alunos quanto às questões abaixo apresentadas.

Preencha cada parêntese com um índice específico e não repetido (1, 2 e 3), a partir do “nível” gradativo de dificuldade que você considera.

- () Orientação religiosa () Orientação sexual () Diversidade étnica

a) Justifique, especialmente, porque você atribuiu o “índice” 01 a um dos parênteses acima:

b) De igual modo, justifique porque você atribuiu o “índice” 03 a um dos parênteses acima.

Questões complementares

a) Identifique a área de ensino

- () Técnico () Médio () Pós-Médio

b) Idade do professor

- () entre 20 e 30 anos () entre 31 e 40 () entre 41 e 50 () Acima de 50

c) Tempo de atuação no CAVN